

27 NOV 2012

GAZETA DO POVO

» TAXAS

TJ discute revisão das custas judiciais

Anderson Gonçalves e Daniela Neves

A tabela de custas judiciais do Paraná deve passar por uma revisão nos próximos meses, com aumento de 30% em alguns procedimentos de menor valor e elevação do teto para outros — como recursos de decisões envolvendo valores maiores. As mudanças fazem parte de um anteprojeto de lei que está sendo discutido pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) e será encaminhado em breve à Assembleia Legislativa. A proposta, que cria novas faixas de custas processuais, é alvo de divergências dentro do próprio tribunal e de questionamentos por parte da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O projeto seria votado ontem pelo Órgão Especial do TJ, mas acabou sendo adiado a pedido do desembargador Dartagnan Serpa Sá. Segundo o presidente do tribunal, Miguel Kfoury Neto, há muitas discordâncias sobre o projeto, o que pode fazer com que duas propostas sejam levadas à votação. Kfoury solicitou que até a próxima quinta-feira as sugestões de mudanças sejam encaminhadas à comissão especial que discute o projeto, que retorna para votação na segunda-feira. A pressa do presidente é pela necessidade de o anteprojeto seguir para aprovação da Assembleia Legislativa, com votação ain-



Daniel Castellano/Gazeta do Povo

Kfoury: sugestões só até a próxima quinta-feira.

da este ano. Se for votada no ano que vem, o aumento só pode valer para 2014.

Na semana passada, a seccional Paraná da OAB encaminhou um ofício ao TJ, pedindo que o projeto seja reavaliado. De acordo com a OAB, a proposta não veio acompanhada de estudos econômicos sobre a arrecadação dos cartórios, do custo médio efetivo das ações e dos recursos. “Nós entendemos que é necessária a revisão de algumas custas, mas não concordamos com a maneira como isso foi colocado”, explica o presidente da OABPrev da Seccional Paraná, Maurício Guimarães, que analisou o projeto.

Um dos pontos contesta-

dos diz respeito ao teto para ações judiciais, fixado em R\$ 20 mil. Para a OAB, o valor é incompatível com os custos de qualquer processo e está fora dos padrões adotados nos demais estados do Sul. A entidade critica ainda a desconformidade nas diferentes custas, visto que demandas de menor valor pagam cifras proporcionalmente maiores que as de maior valor. A entidade acredita que, com o processo eletrônico, a tendência é de redução nas custas, não aumento.

Último reajuste

A última vez que houve reajuste nas custas judiciais do Paraná foi no início de 2011. À época, o TJ autorizou um reajuste de 45%, entendendo que, além dos 34% aprovados em lei pelos deputados no fim de 2010, era possível conceder mais oito pontos percentuais de reajuste através de ato administrativo, como reposição da inflação. A medida foi revogada liminarmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que fez com que o presidente do TJ, Miguel Kfoury, confirmasse o aumento em 34%.

A pedido do CNJ, a proposta agora apresentada foi discutida por uma comissão formada por servidores e membros do TJ, representantes da OAB e pelo deputado Tadeu Veneri (PT). Apesar de ter sido formada no início do ano passado, as discussões só foram feitas para valer no final deste ano e o projeto final apresentado no dia 22 de novembro. Alguns desembargadores reclamam que não tiveram tempo para conhecer a fundo e discutir o projeto.

GAZETA DO POVO

» PESSOAL

TJ-PR estuda contratar magistrados ou servidores

27 NOV 2012

■ O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) pretende aumentar seu quadro funcional, com a abertura de dez novas vagas para desembargadores ou a contratação de mais 120 funcionários. As duas propostas devem ser debatidas pelo Órgão Especial na sessão da próxima segunda-feira. Caso não haja consenso sobre o assunto, a definição ficará para 2013.

Segundo o presidente do TJ, Miguel Kfourri Neto, a ampliação do quadro é necessária em virtude do aumento do trabalho do primeiro grau da Justiça. Com isso, uma grande quantidade de processos em segundo grau está acumulando — o que exigiria mais desembargadores ou servidores.

A criação das dez vagas de desembargadores custaria aos cofres públicos um total de R\$ 9 milhões ao ano — hoje, o TJ tem 120 magistrados. Já os 120 novos funcionários (com cargo DAS-5) aumentariam o custo em R\$ 11 milhões anuais.

Kfourri afirmou que vai defender a criação dos cargos para funcionários em vez da abertura de vagas de desembargadores. Segundo ele, a medida seria mais eficaz para melhorar a produção do Judiciário. Se não houver consenso entre os desembargadores, a votação será adiada para o ano que vem, quando assume a nova diretoria do TJ.

27 NOV 2012

GAZETA DO POVO

» DINHEIRO PÚBLICO

Assembleia aprova reajuste de 37,5% no vale-refeição da Justiça e do MP

Benefício dos servidores passará de R\$ 400 para R\$ 550. Impacto da medida será de R\$ 1,2 milhão por mês

Euclides Lucas Garcia

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem, em primeira discussão, dois projetos de lei que elevam de R\$ 400 para R\$ 550 o valor do auxílio-alimentação pago aos servidores do Poder Judiciário paranaense e do Ministério Público Estadual (MP). O reajuste de 37,5% terá impacto de cerca de R\$ 1,2 milhão por mês nos cofres públicos. Hoje, as duas propostas serão votadas pelos deputados em segunda discussão.

O caso do MP chama a atenção pelo fato de o benefício ter sido criado há menos de cinco meses. De acordo com o órgão, que gastará R\$ 168 mil mensais com o reajuste,

o valor inicial do auxílio estaria defasado, uma vez que a entidade enfrentava limitações financeiras quando ele foi instituído. Outra justificativa seria a "constante elevação do custo das refeições". "A proposta procura proporcionar melhores condições de alimentação, melhor disposição para o trabalho e melhoria na qualidade de vida dos servidores", informa o MP.

O Judiciário, que apresentou justificativas praticamente idênticas, terá gastos mensais acrescidos em pouco mais de R\$ 1 milhão.

Benefícios

Em abril deste ano, o Tribunal de Justiça (TJ) tinha decidido retroagir o pagamento de auxílio-alimen-

tação para todos os magistrados do Judiciário estadual. Com a decisão, juízes e desembargadores puderam receber R\$ 630 por mês trabalhado a partir de 2007. Para magistrados que estão no tribunal desde 2007, o pagamento foi calculado em R\$ 37,8 mil. O benefício foi instituído em agosto do ano passado, após resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que reconhecia o direito dos magistrados de receber essa ajuda de custo.

Três meses depois do TJ, o MP decidiu pagar auxílio-alimentação, também de R\$ 630, para seus membros (procuradores e promotores) retroagindo a maio de 2004. Com a medida, os gastos aos cofres públicos foram calculados em até R\$ 37 milhões. Para membros que estão no tribunal desde 2004, o pagamento chegaria a mais de R\$ 60 mil. Segundo o MP, a decisão se baseou na simetria do regime remuneratório entre as carreiras do Judiciário e do Ministério Público estabelecida pela Constituição Federal.

» ARROMBAMENTO

Fórum foi roubado facilmente

Falta de segurança em prédio da Justiça em Colombo contribuiu para o roubo de 296 armas. Local não tinha cofres suficientes

| *Diego Ribeiro*

■ A falta de estrutura do Fórum Central de Colombo, de onde foram roubadas 296 armas no fim de semana, pode ter facilitado o trabalho dos criminosos. Uma quadrilha invadiu o fórum na madrugada de domingo, rendeu o vigilante e entrou facilmente na sala das armas. Não há câmeras de monitoramento no fórum, os seguranças trabalham desarmados e os quatro cofres que armazenam o armamento apreendido são insuficientes. As armas levadas faziam parte de um arsenal que não cabia dentro dos cofres disponíveis. Por isso, estavam em uma sala protegida apenas por uma porta de madeira e uma grade de ferro.

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Miguel Kfoury Neto, admite que havia cofres insuficientes no local. "Essas armas estavam em um local inapropriado", reconheceu. A diretora do Fórum Criminal de Colombo, juíza Luciana Telles, também confirma a falta de estrutura. "Colombo ainda tem estrutura de fórum de interior", disse.

17 MIL

armas estão armazenados em fóruns do Paraná, segundo o Tribunal de Justiça. O armamento serve como prova em inquéritos e só pode ser destruído depois de finalizada a ação criminal e com autorização da Justiça.

Desde 2010, o TJ-PR adquiriu 506 cofres para armazenar armas nos fóruns, mas ainda é necessário mais, como em Colombo.

Para tentar melhorar a estrutura da Justiça em Colombo, o TJ-PR tem um projeto para fazer um novo Fórum na cidade. Segundo a juíza Luciana, os planos do novo prédio devem sair do papel em 2013.

Inutilizadas

Kfoury Neto disse ontem que cerca de 30% das armas roubadas em Colombo têm condições de uso. Todo o restante são armas antigas, de fabricação caseira e inúteis. O Fórum chegou a guardar armamento pesado — como fuzis e metralhadoras —, mas elas foram levadas na semana passada para o Exército. O presidente do TJ-PR ainda informou que o Tribunal vai abrir uma sindicância para apurar se houve falha da vigilância.

Foi o segundo caso de roubo a fóruns do Paraná em 2012. Em março, o fórum de Peabiru, no Noroeste do estado, também foi alvo de assalto. Os criminosos usaram um maçarico para arrombar o cofre e levar 37 armas.

27 NOV 2012

GAZETA DO POVO

» CORREÇÃO

Ex-magistrado não recorreu de aposentadoria compulsória

! A Gazeta do Povo errou ao noticiar na semana passada que o ex-desembargador do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) Edgar Antônio Lippmann Júnior entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determinou sua aposentadoria compulsória.

A advogada de Lippmann, Danyelle da Silva Galvão, explicou que o mandado negado na semana passada pelo STF diz respeito a um outro processo administrativo disciplinar (PAD) do CNJ, que corre em sigilo e apura possível tráfico de influência do ex-desembargador. Esse mandado negado pelo STF, diz a advogada, foi apresentado bem antes da decisão do CNJ que culminou com a aposentadoria de Lippmann por envolvimento num suposto esquema de venda de decisões judiciais envolvendo bingos.

Danyelle afirmou ainda que a defesa não recorreu da decisão do CNJ que aposentou Lippmann. Hoje, o CNJ deve dar prosseguimento ao julgamento de um terceiro PAD envolvendo o ex-desembargador do TRF4 — que investiga suposto vazamento de dados sigilosos.

27 NOV 2012

» JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

Fórum da Liberdade de Imprensa sai do papel

Órgão criado pelo Conselho Nacional de Justiça irá monitorar processos que envolvam ações contra a imprensa brasileira

| *Diego Ribeiro*

Casos como a decisão da Justiça de proibir o jornal *O Estado de São Paulo* de publicar reportagens sobre a investigação da Polícia Federal contra Fernando Sarney, filho do senador José Sarney (PMDB-AP), serão acompanhados mais de perto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir deste mês. O ex-presidente da entidade, ministro Carlos Ayres Britto, que deixou o cargo no dia 12 de novembro, criou há duas semanas o Fórum Nacional do Poder Judiciário e da Liberdade de Imprensa. O objetivo é estudar os casos em que as relações de imprensa são questionadas.

De acordo com a Resolução n.º 163/2012 do CNJ, o fórum fará levantamentos estatísticos e estudos sobre atuação dos magistrados nestes casos. Tudo para facilitar a compreensão dos conflitos. O fórum terá um encontro anual para debate público com membros da sociedade envolvidos com o tema. Representantes da Associação Nacional dos Jornais, Associação Brasileira

de Imprensa e Ordem dos Advogados do Brasil participarão do conselho executivo da entidade.

Apoio

Segundo especialistas, as discussões se tornaram ainda mais pertinentes após as eleições municipais brasileiras deste ano, quando houve uma avalanche de decisões judiciais proibindo a divulgação de pesquisas. O presidente da seção paranaense da OAB, José Lúcio Glomb, afirma que o fórum poderá mostrar à população como os juízes estão decidindo casos envolvendo a imprensa. “Olhe o caso do Estadão. Até hoje há uma situação nebulosa. O fórum será um apoio muito importante para a imprensa e para a democracia brasileira”, afirma.

Na avaliação do diretor de comunicação da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), juiz Rogério Ribas, as discussões poderão uniformizar os entendimentos sobre o tema. “Todo mundo ganhará com esse fórum. Haverá uma troca de informações entre os integrantes”, comenta.

Segundo a assessoria de imprensa do CNJ, nenhum representante da entidade poderia conversar com a reportagem em razão da mudança na presidência do órgão. O ministro Ayres Britto deixou no dia 12 de novembro o cargo mais alto do judiciário brasileiro, e também a presidência do CNJ.

Britto, com 70 anos, se aposentou compulsoriamente. O ministro Joaquim Barbosa assumiu os dois cargos. De acordo com o CNJ, Barbosa deve dar sequência ao projeto do fórum.

“O fórum será um apoio muito importante para a imprensa e para a democracia brasileira.”

José Lúcio Glomb, presidente da seção paranaense da OAB.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 NOV 2012



Ministro Ayres Britto, ex-presidente do CNJ, criou o órgão antes de se aposentar.

CENSURA JUDICIAL

Veículos de comunicação são proibidos de citar nome de candidato

CAMPO MOURÃO

Carlos Ohara, correspondente

A **Gazeta do Povo**, o portal Terra e outros veículos de comunicação de Campo Mourão, no Centro Oeste do estado, estão proibidos pela Justiça de citar o nome de um candidato à prefeitura e de uma empresa de transporte com sede na cidade. A proibição foi determinada pelo juiz James Hamilton de Oliveira Macedo, que estava de plan-

tão no fim de semana. Na última sexta-feira, a **Gazeta do Povo** publicou uma reportagem em que relatava a denúncia de suposta distribuição de passagens rodoviárias em larga escala durante o período eleitoral na cidade. A suspeita é de que as passagens fariam parte de dois lotes adquiridos pelo município em licitações homologadas em junho deste ano, no valor total de R\$ 665 mil, para atendimento de pacientes ou de pessoas carentes nas áreas de Saúde e Assistência Social. Foram expedidos dois mandados judiciais, que ordenam

aos veículos que "se abstenham de divulgar o nome da autora ou qualquer outra forma de fotografia que à ela faça alusão, bem como promova adequação da matéria já publicada".

Os textos do pedido de tutela antecipada são idênticos. Ambos solicitam que, no caso do material ter sido impresso antes da citação, o jornal deveria colocar uma "tarja preta" no nome do candidato ou do município de Campo Mourão. O pedido chegou a solicitar multa de R\$ 50 mil aos infratores. Os veículos citados devem recorrer da decisão.

GAZETA DO POVO

CONSUMIDOR

Banco terá de indenizar cliente por cheques extraviados

■ A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará condenou o Banco Real (hoje pertencente ao Santander Brasil) a pagar indenização de R\$ 20.754,55 a uma cliente que teve cheques extraviados. A consumidora mudou-se de Goiânia para Fortaleza, e comunicou ao banco a alteração de endereço. O banco, entretanto, enviou talões à antiga residência da cliente, e eles acabaram sendo usados por terceiros. Foram compensados três cheques, no total de R\$ 754,55. A instituição já havia sido condenada anteriormente e o TJ confirmou a decisão.

DESBLOQUEIO

A desembargadora Maria Iraneide Moura Silva, relatora do processo, não acatou as razões do banco, cujo argumento baseava-se na declaração de que a cliente não havia formalizado a transferência de endereço. Para ela, a instituição não poderia ter efetuado o desbloqueio dos talões sem a anuência da cliente.

27 NOV 2012

JUSTIÇA

Suspeitos de matar trabalhador sem-terra vão a júri popular

■ O ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) Marcos Prochet e outros três acusados de participação na morte do trabalhador sem-terra Sebastião Camargo, na época com 65 anos, vão a júri popular hoje, em Curitiba. A morte do agricultor ocorreu durante um despejo na cidade de Marilena, no Noroeste do Paraná, em 1998. Segundo a ONG Terra de Direitos, as investigações sobre o caso apontam Prochet como autor do disparo que matou o sem-terra, em uma ação que teria envolvido cerca de 30 pistoleiros. Camargo morreu em um período de muitos conflitos agrários no estado. De 1994 e 2009, 19 trabalhadores sem-terra foram assassinados no Paraná, segundo a Comissão Pastoral da Terra.

INTERCÂMBIO

Alunos de Humanas entram na Justiça contra o Ciência sem Fronteiras

■ Depois do corte de mais de 20 cursos da área de Humanas na chamada mais recente do edital do programa Ciência Sem Fronteiras, três estudantes, representando mais de 2 mil universitários de todo o país, resolveram entrar com ações judiciais contra o veto. Foram acionadas as Procuradorias da República no Ceará, Alagoas e Distrito Federal. Publicidade, Artes Plásticas, Cinema e Jornalismo e também carreiras das áreas de saúde, como Enfermagem e Fisioterapia, foram excluídas da lista de cursos contemplados pelo programa na área da Indústria Criativa. Foi nela que mais de mil alunos de Humanas conseguiram encontrar uma forma de participar do Ciência sem Fronteiras, cujo foco principal é a área tecnológica.

24 NOV 2012

GAZETA DO POVO

FÓRUM CÍVEL

O laudo da avaliação técnica realizada na estrutura do Fórum Cível de Curitiba concluiu que, apesar de o prédio necessitar de manutenção e reformas, não apresenta risco de desabamento. O estudo foi feito a pedido da Associação dos Serventuários de Justiça do Paraná (Assejepar) por causa de tremores que vêm sendo sentidos pelos funcionários. O mais recente aconteceu em outubro.



Prédio não corre risco de cair.

27 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

Governo desiste de taxar SERVIDORES APOSENTADOS

Governador alega que liminar garante isenção; medida livra 22% dos beneficiários do Paraná Previdência

O governo do Estado desistiu de instituir desconto da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas, que havia sido anunciada na semana passada, dentro das medidas para sanear o Paraná Previdência – fundo de aposentadoria do funcionalismo público paranaense. A decisão foi anunciada ontem pelo governador Beto Richa (PSDB), que alegou a existência de uma liminar no Supremo Tribunal Federal autorizando o Estado a manter a isenção.

Na semana passada, o governo anunciou que enviaria à Assembleia Legislativa um projeto para aumentar as alíquotas das contribuições dos servidores para o Paraná Previdência, como forma de combater o déficit técnico de R\$ 7,3 bilhões do fundo. Pela proposta, a alíquota mínima de desconto nos salários dos servidores iria de 10% para 11%. A alíquota máxima, de 14%, que atinge os salários mais altos, continuaria no mesmo patamar. Além disso, o projeto instituiria ainda a contribuição dos servidores já aposentados, hoje isentos do desconto. A

alíquota para os inativos seria também de 11%. Só que ela seria aplicada somente sobre a parcela dos salários que excederem o valor de R\$ 3.916,00 – que é o teto da pre-

vidência pública no País. De acordo com o governo, 22% dos beneficiários do Paraná Previdência ganham acima desse valor e seriam afetados pela alíquota proposta.

O governo alegou ainda que a fixação do percentual no plano de custeio cumpria o que determina a Constituição Federal e o que orienta o Ministério da Previdência e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Pela Constituição, nenhum Regime Próprio de Previdência Social pode fixar alíquota inferior à estabelecida para os servidores da União, que é de 11%.

Ontem, porém, o Executivo justificou a mudança de posição argumentando que o Estado aguarda o julgamento do mérito da ação movida no Supremo Tribunal Federal (STF), na qual é questionada a legalidade do desconto previdenciário de aposentados e pensionistas, para adotar uma posição final a respeito das contribuições da categoria. “Até lá, manteremos a isenção. Caso o STF julgue que o desconto é regular, vamos cumprir a decisão imediatamente”, afirmou o governador.

Segundo o Executivo, atualmente o Estado tem assegurada a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária por meio de uma liminar concedida pelo Supremo. Com isso, o Paraná não pode sofrer qualquer prejuízo em relação às

transferências voluntárias da União ou à tomada de empréstimos junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, mesmo que não faça o desconto de servidores aposentados e pensionistas, conforme o artigo 40 da Constituição Federal.

“Estamos enfrentando com responsabilidade um problema antigo da previdência estadual. A nossa proposta vai dar garantias a todos os servidores de que haverá recursos suficientes para a concessão dos benefícios no futuro. Neste esforço, não queremos penalizar os atuais aposentados e pensionistas”, disse Richa. Para compensar a perda de receita com a manutenção da isenção, o governo diz que pode promover um aporte de recursos para o Paraná Previdência através da alienação de ativos públicos do Estado, como imóveis. “Esta medida deve garantir os recursos necessários para que haja equilíbrio atuarial da Paraná Previdência”, avaliou o governador.

Rombo — O déficit surgiu e cresceu porque pela lei que criou o Paraná Previdência em 1998, o governo deveria contribuir com o mesmo percentual descontado nos salários dos servidores. Só que isso nunca foi feito totalmente, gerando o rombo. Além disso, servidores atingidos pela alíquota mais alta, de 14%, recorreram à Justiça para terem o desconto mínimo, de 10%.

27 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

Centro de Letras

A Assembleia Legislativa do Paraná fará hoje uma homenagem ao Centro de Letras do Paraná (CLPR). Na ocasião, o CLPR irá receber uma menção honrosa, tal homenagem foi uma iniciativa do Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, para celebrar os 100 anos da instituição. Artagão será ainda o mediador da homenagem, fato que, segundo ele, o deixa orgulhoso. “Através dessa homenagem reconhecemos o valor dessa instituição, responsável pela promoção da cultura em nosso estado e das pessoas que trabalham nela, como desembargador Luiz Renato Pedroso”, declarou o deputado.

27 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

DIA DO SAQUE

Poupadores protestam contra STJ

Poupadores que obtiveram na Justiça o direito de correção às diferenças dos planos Bresser e Verão contra o Itaú, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal realizam amanhã o Dia do Saque. A ação tem como meta protestar contra um novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que ameaça o direito conquistado de receber os valores corrigidos.

O STJ defende que o prazo para a prescrição de ações judiciais que antes era de 20 anos, agora passaria a ser de cinco anos, atingindo inclusive aqueles poupadores que ingressaram com suas ações antes do novo entendimento.

Estes poupadores ingressaram com execuções contra os três bancos baseados na condenação obtida pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor (Apadeco), que moveu contra eles Ações Cíveis Públicas (ACPs), nas quais o Judiciário reconheceu as diferenças e estendeu o direito de obtê-las a todos os poupadores do Paraná que houvessem sofrido os expurgos dos dois planos.

No próximo dia 28 de novembro acontecerá julgamento no STJ do Recurso Especial do Banco Itaú contra seus próprios correntistas. A campanha "Saqueados pelos bancos", criada para impedir que milhares de cidadãos paranaenses percam seus direitos já adquiridos e tenham que devolver o que já receberam, fará um movimento nesta data chamado "O Dia do Saque". Segundo os organizadores, a campanha a cada dia recebe mais adesões de poupadores, advogados e a população em geral que teme ser prejudicada em outros tipos de ações.

RÁPIDAS

Férias (I) — O Plenário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), por maioria, negou ontem o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, para que fossem suspensos os prazos processuais do dia 7 ao dia 20 de janeiro de 2013.

Férias (II) — O pedido tinha por objetivo somar aos dias do recesso judiciário, que vai de 20 de dezembro de 2012 a 6 de janeiro de 2013, mais 14 dias, proporcionando aos advogados um período de férias. Os desembargadores que indeferiram o pedido entenderam que a suspensão de prazos é matéria de competência da União, não cabendo à corte decidir administrativamente.

ALMIRANTE TAMANDARÉ

Audiência

Uma comissão que representa os moradores da localidade de Jardim Planalto, em Almirante Tamandaré, sob ameaça de despejo por ação impetrada pela América Latina Logística, vai se reunir, hoje, com o prefeito Wilson Goinski, para pedir o apoio do município na busca de uma solução para o seu drama. Desde abril deste ano tramita na 7ª Vara da Justiça Federal de Curitiba uma ação de desapropriação que vai atingir cerca de 120 famílias da região, também conhecida como Tranqueiras. Trinta dessas famílias já foram notificadas da desocupação.

Contra a corrupção

Os moradores de Fazenda Rio Grande e de Mandirituba terão a oportunidade de se reunir com os prefeitos e vereadores eleitos nos respectivos municípios para apontar as principais necessidades da população. O Ministério Público do Paraná realiza hoje audiências públicas nas duas cidades. A expectativa é que, além da comunidade, haja grande participação dos estudantes, já que as audiências públicas dão continuidade às atividades do Movimento Paraná Sem Corrupção.

Informe Judiciário

NOVO FÓRUM

Em solenidade na comarca de Pérola na segunda-feira (19), o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, inaugurou as instalações do novo Fórum da comarca, que foi reformado e ampliado em 376,95 metros quadrados, totalizando agora 768,42 metros quadrados de área construída. O valor da obra foi de mais de um milhão de reais, custeado pelo Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (FUNREJUS). O novo Fórum, localizado na rua Café Filho nº 35, teve como engenheira responsável pela obra Janaína Motter do Departamento de Engenharia e Arquitetura do TJ (DEA).

NOVO FÓRUM 2

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, instalou em Ipiranga, na quinta-feira (22/11), um novo e moderno Fórum. O prédio, que está localizado na travessa Teixeira Duarte esquina com Estanislau Cenovicz, possui uma área construída de 1.667,03 m², em um terreno de 4.320,59 m² e permite futura ampliação para mais uma vara. O custo total da obra foi de R\$ 2.754.750,00, sendo que os recursos foram provenientes do Funrejus.

JULGAMENTO DIGITAL

A primeira sessão de julgamento exclusivamente digital foi realizada na terça-feira (20/11), na 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, presidida pelo desembargador presidente da Câmara, Ruy Francisco Tomaz que, ao lado do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, deu por iniciado os trabalhos de digitalização. O desembargador Rabello, mentor do projeto no Paraná, disse que o tempo consumido entre a conclusão e o julgamento é sensivelmente reduzido com esse sistema, pois em poucos minutos o acórdão é publicado. "O que demorava neste Tribunal de três a quatro dias; apesar da meta do CNJ estabelecer 10 dias; será realizado no mesmo dia. Assim, nós somos o primeiro Tribunal do país nessa celeridade, pois no mesmo dia a decisão é disponibilizada oficialmente", afirmou o desembargador.

CONCILIAÇÃO

No Tribunal de Justiça do Paraná, a semana Nacional pela Conciliação foi extremamente proveitosa. O Centro de Conciliação e Cidadania do TJ realizou, do dia 5 a 13 de novembro, Mutirão Temático de Conciliação de Companhias Aéreas, com processos do Fórum Cível e dos Juizados Especiais. Ao total foram agendadas 287 audiências de conciliação. Destas, foram realizadas 166, com 100 processos extintos por acordo, ou seja, 60,24% de aproveitamento. Paralelo a esse trabalho, em suas comarcas, os juizes do estado também realizaram mutirões de conciliação, cujos números serão divulgados em breve.

PROJETO

Em sessão plenária ocorrida na quarta-feira (21/11), os deputados da Assembleia Legislativa, aprovaram, já em segunda discussão, o projeto de autoria do Tribunal de Justiça que cria a 2ª Vara Criminal na comarca de Arapongas. O objetivo é a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, visando racionalizar e redistribuir o volume de serviço na comarca de Arapongas.

ORDEM DE SERVIÇO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, assinou na terça-feira (20/11) a Ordem de Serviço para reforma e ampliação do Fórum de Toledo. O novo Fórum terá uma área total de 6.689,00 m², sendo que, 1976,00 m² serão reformados. O Prédio terá cinco pavimentos e em cada um deles funcionarão duas Varas com acesso direto do elevador privativo às salas de audiências dos juizes, conferindo privacidade e segurança. A previsão para conclusão da obra, que foi orçada em torno de 12 milhões, é de aproximadamente 12 meses.

CONVÊNIO

O presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfouri Neto, assinou um termo de cooperação técnica na quarta-feira (21/11) que estabelece uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação, a Associação dos Conselhos Tutelares, o Ministério Público do Paraná e o Poder Judiciário, por intermédio da presidência do Tribunal de Justiça. O objetivo do termo de convênio é implantar no Sistema de Ensino público e privado, de Educação Básica no Estado do Paraná, programa específico, destinado à Evasão Escolar por meio de ações integradas entre escola e a rede de proteção à criança e ao adolescente.

CAMPANHA

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em parceria com a AMAPAR, apoia a 23ª edição da campanha Papai Noel dos Correios, de iniciativa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O objetivo principal é atender às cartinhas das crianças que escrevem ao Papai Noel e, sempre que possível, atender aos pedidos de presentes daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. As cartas poderão ser escolhidas por magistrados, servidores e, eventualmente, pelo público externo que tenha acesso à entrada do Palácio da Justiça (em frente à capela), onde as cartinhas estarão disponíveis na árvore de Natal. Os que optarem por apanhar as cartinhas deverão realizar a entrega do presente, de acordo com a solicitação expressa na carta, perfeitamente embrulhado e identificada a criança beneficiada, até o dia 3 de dezembro, na Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça (9º andar do prédio anexo, sala 18), na sede da AMAPAR (9º andar do Palácio da Justiça) ou no gabinete do juiz Gil Guerra (25º andar da Sede Mauá, sala 258).

INSTALAÇÃO

Em visita ao noroeste do estado na segunda-feira (19/11), o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, esteve em Iporã onde instalou a 68ª Seção Judiciária. Além da sede, a seção é composta pelas comarcas de Xambê, Pérola e Icaraima.

INSTALAÇÃO 2

Na segunda-feira (19/11) foi realizada a solenidade alusiva à instalação da 3ª Vara Cível na comarca de Umuarama. Na ocasião o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, que conduziu a cerimônia, adiantou que novos investimentos estão previstos para melhorar a estrutura da comarca, incluindo a instalação de novas varas e a ampliação do prédio que abriga o Fórum local.

PRÊMIO

A Construtora Provectum Engenharia e Empreendimentos Ltda. responsável pela obra de construção do Fórum de Santa Fé recebeu no dia 9 de novembro, no Encontro Empresarial da Construção Civil em Maringá, o Prêmio Sinduscon/NOR/PR 2012, na categoria Obras Públicas. A obra na comarca de Santa Fé, construída com recursos provenientes do Funrejus (Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário) terá uma área de 1.784 metros quadrados, orçada em R\$ 5.255.726,70. Sua inauguração está prevista para janeiro de 2013. O autor do projeto é o arquiteto Alessandro Botega e Rafael Luiz de Oliveira é o engenheiro fiscal, ambos servidores do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça.

GESTÃO

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto assinou na quarta-feira (21/11) um contrato com a empresa Falconi Consultores de Resultado, para a implantação do projeto "Auxiliando o TJPR na modernização da sua gestão". A consultoria, de renome internacional e liderada pelo professor Vicente Falconi, tem atuado em importantes setores do serviço público, no sentido de transferir conhecimento gerencial com foco em resultados, por meio da implementação de um moderno e eficaz sistema de gestão no qual todos conheçam o seu papel no alcance de resultados. O projeto, autorizado pelo presidente do TJPR, está estruturado em duas frentes de trabalho: a gestão financeira, com a instituição de um sistema matricial de gerenciamento de todas as receitas e despesas do Judiciário, e a reestruturação organizacional e de processos do sistema de compras.

27 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-SP mantém arquivada representação contra juízes

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo negou recurso a três desembargadores que questionaram o arquivamento de representação por eles ajuizada contra colegas que assinaram um manifesto crítico à desocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos. Intitulado "Manifesto pela denúncia do caso Pinheirinho à Comissão Interamericana de Direitos Humanos", o documento acusou as autoridades estaduais de contrariar princípios constitucionais na ação de reintegração de posse. A ação da Polícia autorizada pela Justiça de São Paulo desalojou 1,6 mil famílias do local.

O relator do recurso e corregedor geral de Justiça, José Renato Nalini, avaliou que os juízes que assinaram o documento têm o direito de se manifestar sobre o caso Pinheirinho, pois a liberdade de expressão deve prevalecer sobre as normas da Lei Orgânica da Magistratura. A norma veda aos magistrados manifestar-se sobre processo pendente de julgamento ou o juízo depreciativo sobre decisões judiciais, salvo quando feita em crítica nos autos, em obras técnicas ou no exercício do magistério. "Havendo colisão entre os preceitos da Lei Complementar 37/79 e os princípios constitucionais, de se convir as prevalência dos últimos, clareza solar a dispensar fundamentos maiores", afirmou o relator.

27 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OAB gaúcha vai ao CNJ para garantir vista de processos em Juizados

O Estatuto Geral da Advocacia (Lei nº 8.906/94), em seu artigo 7º, incisos XV e XVI, garante ao advogado “vista” dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, bem como retirá-los pelos prazos legais”. No caso de processos encerrados, mesmo sem procuração, o advogado pode retirá-los pelo prazo de 10 dias.

Esta prerrogativa, no entanto, não está sendo exercida na sua plenitude pelos advogados que militam nos Juizados Especiais, segundo o presidente da Comissão de Acesso à Justiça da OAB-RS, Cesar Souza. Inconformado, ele entrou com uma Representação no Conselho Nacional de Justiça, no início de novembro, para remover os entraves que dificultam a “vista”

dos processos. No documento, a entidade cobra providências sobre atos da Corregedoria-Geral da Justiça do Rio Grande do Sul, que proíbem a retirada em carga de autos de processo neste Juizados.

Estes entraves, segundo Souza, foram gerados pela edição de dois Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça: o de número 16/2006 e o 12/2008. “A retirada dos autos é permitida apenas para apresentar razões e contra-razões de recurso. Proibida em qualquer outra situação, a não ser para retirada de xerox mediante retenção de documentos do advogado e por duas horas apenas”, explica o presidente da Comissão de Acesso, que garante enfrentar os mesmos problemas na Comarca de Carazinho, onde exerce sua militância.

O dirigente sustenta que o exa-

me de documentos no balcão do cartório é muito menos acurado do que aquele feito no escritório, com calma e com a possibilidade de consulta de doutrina e jurisprudência, elaboração de cálculos e comparativos. Como os cartórios são espaços diminutos e estão sempre abarrotados de gente — sem um local apropriado para exame de documentos —, os advogados, quando muito, conseguem fazer anotações superficiais.

César lembra, também, que nos Juizados Especiais circulam muitos clientes pobres, que não têm dinheiro para pagar cópias xerográficas — às vezes, de uma infinidade de páginas. Ou seja, além do cerceamento à ampla defesa, a burocracia também acaba encarecendo o processo justamente para a parte mais fraca: o pobre.

Tarifas em financiamento são legais desde que previstas

A fixação de tarifas administrativas em contrato de financiamento é prática legal, desde que elas sejam pactuadas em contrato e em consonância com a regulamentação do Banco Central. A decisão é da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao analisar recurso em processo no qual o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul julgou nula a cobrança de tarifas ou taxas feita por uma instituição bancária.

O TJ-RS entendeu que a prática violaria os artigos 46 e 51 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), ao transferir para o cliente custos próprios da atividade bancária. No entendimento da Seção, a cobrança é legal, desde que pactuada em contrato, o que possibilita que o consumidor esteja plenamente informado sobre sua existência.

A decisão atinge todos os tipos de concessão de crédito bancário

ou financeiro e envolve taxas com diferentes denominações, como taxas para abertura de cadastro (TAC), emissão de carnês (TEC) ou análise de crédito. De acordo com o entendimento da 2ª Seção, é possível a revisão pelo Judiciário, a pedido do consumidor, se comprovado que a cobrança é exagerada, em confronto com os parâmetros de mercado, ou causa desequilíbrio na relação contratual.

27 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURÁ

DEPOIMENTO DA EX-NAMORADA ALEMÃ DE JOAQUIM BARBOSA, PRESIDENTE DO STF.

Fonte: Deutsch Welle Brasil

Quando estudava na Alemanha, Joaquim Barbosa conheceu os pais de sua futura namorada, um relacionamento que começou no Carnaval de Salvador. Em entrevista à DW Brasil, a alemã contou mais sobre o ministro.

A pedagoga alemã Friederike Technau, de 44 anos, namorou o hoje presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, no final dos anos 80, durante uma estada no Brasil. Ela se lembra dele como uma pessoa "incrivelmente íntegra" e com "uma imensa energia, que brilha em todos os lugares".

Barbosa havia conhecido os pais de Friederike na época em que estudou alemão no hoje extinto Instituto Goethe de Staufen. Quando estes foram visitar a filha, que fazia um estágio no Brasil, Barbosa e Friederike acabaram se conhecendo.

Hoje Friederike organiza passeios de grupos infantis na floresta e workshops para pedagogas que querem levar crianças ou adultos para conhecer mais de perto árvores e plantas. Além de organizar acampamentos infantis, ela acaba de abrir um jardim de infância florestal nas proximidades de Colônia.

Ela conta que não tem mais muito contato com Barbosa. "Se eu pudesse lhe dizer algo sobre seu novo cargo, eu lhe diria que ele o mereceu."

DW Brasil: Quando você esteve no Brasil? O que você fazia no país?

Friederike Technau dirige jardim de infância florestal

Friederike Technau: Tudo começou com um intercâmbio escolar no Brasil. Eu tinha 15 anos e passei de seis a oito semanas em São Paulo. Após terminar o ensino médio, havia decidido que queria passar um tempo fora da Alemanha, respirar novos ares. Fiz então um estágio de dez meses numa aldeia da criança [Kinderdorf] em Nova Friburgo, próximo ao Rio de Janeiro. Isso foi entre 1987 e 1988.

E foi nessa época que você conheceu o ministro Joaquim Barbosa?

Correto. Ele havia conhecido meus pais quando eu já me encontrava no Brasil. Ele estudou alemão no Instituto Goethe em Staufen [sul da Alemanha], cidade de onde eu venho. Quando meus pais vieram me visitar no Brasil, fizemos uma grande viagem pelo país. E fizemos uma parada em Brasília. Na ocasião, o Joaquim nos recebeu, nos mostrou a cidade e nos falou muito sobre o Brasil e sobre a sua vida, e como ele chegou ali.

O que ele fazia na ocasião? O que ele lhe contou sobre sua vida?

Na ocasião, acredito que ele trabalhava como promotor no Ministério Público de Brasília. Ele vem – como é sabido – de uma família muito simples de Minas Gerais. O pai dele foi embora quando ele tinha por volta de 12 anos de idade. Então, além de trabalhar, quando ele podia frequentava uma escola.

Como me foi contado, quando ele ganhava uma bolsa de estudos, ele ia para a escola; quando não, ele não podia assistir às aulas. Então, em algum momento de sua vida, ele foi para Brasília. Lá ele conseguiu terminar a escola e frequentou a universidade, em parte como empregado, trabalhando de dia. No período da noite, ele cursava a Faculdade de Direito na mesma universidade. Tendo vindo lá de baixo, ele trabalhou muito para chegar onde está.

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO 27 NOV 2012

CONTINUAÇÃO

Em sua opinião, de onde vem essa força que o levou tão longe?

De onde vem essa força, eu não sei. O que eu sei é que ele tem uma imensa energia, que brilha em todos os lugares. Ele sempre expressou uma grande alegria de viver. Tem um círculo de amigos muito grande, muito legal e muito interessante. Ele tem uma boa relação com as pessoas, o que certamente dá muita força a ele.

Eu não conheço ninguém que tenha tanta energia positiva ao longo de sua vida. Ele trabalhou tanto que ficou doente, é verdade, mas essa força, essa energia esteve sempre lá. Mas eu não sei dizer de onde ela vem.

Como foi o início do relacionamento de vocês?

Ele me convidou para ir ao Rio. Eu trabalhava próximo, na aldeia infantil. Ele perguntou se eu não poderia visitá-lo no Rio de Janeiro. Isso aconteceu pouco antes do Carnaval. Isso foi em 1988. Nós nos encontramos no Rio e visitamos um ensaio de escola de samba. Conversamos muito e nos demos tão bem que ele me perguntou se eu não queria passar o Carnaval em Salvador.

Não foi fácil, mas consegui, em janeiro, uma passagem de ônibus para Salvador em fevereiro. Chovia muito no Rio e um amigo me levou até a rodoviária. Passei então um Carnaval maravilhoso e foi então que começou nosso relacionamento, lá em Salvador.

Então vocês ficaram juntos durante sua estada no Brasil?

Sim, durante a minha permanência no Brasil. Eu o visitei várias vezes em Brasília.

Você conheceu a família dele?

Ele tem um irmão mais novo, que cheguei a ver. E ele tem um filho. Na ocasião, ele tinha 4 ou 5 anos de idade. O menino vivia com a mãe, mas eles tinham um contato muito bom. Eu sei que, quando a mãe se mudou para o Rio devido ao trabalho, o Joaquim também se mudou, para estar perto do filho. Você caracterizaria Joaquim Barbosa como ambicioso?

Com certeza a ambição desempenhou certo papel, mas eu não acredito que isso tenha sido e seja o princípio norteador do Joaquim. Eu o conheci como uma pessoa incrivelmente íntegra, não só pessoalmente. Desde o nível mais pequeno até o da política mundial, ele elabora pensamentos de como o mundo poderia ser bom.

Acredito que ele seja uma pessoa muito íntegra, que não se curva a pressões, que age pela própria consciência e não pelo dinheiro ou outras pressões. Acho que ele é uma pessoa incrivelmente íntegra e sempre honesta.

E isso se refletiu no relacionamento de vocês?

Sim, com certeza. Quando voltei para a Alemanha, em outubro de 1988, Joaquim foi morar em Paris, para fazer seu pós-doutorado na Sorbonne. Ainda nos encontramos algumas vezes, mas aí entrou sua integridade: ele era da opinião de que nosso relacionamento não teria futuro devido à distância.

Quando se viram pela última vez?

Em 1996, ele me ligou para me congratular pelo nascimento do meu primeiro filho. Depois disso, não nos comunicamos mais pessoalmente. Ele me convidou para sua posse como ministro do Supremo Tribunal Federal. Mas, infelizmente, não recebi o convite a tempo.

O que você gostaria de dizer ao novo presidente do Supremo Tribunal Federal?

Eu já havia pensado em tentar me comunicar com ele de novo. Com as novas mídias, talvez isso seja possível. Mas eu ainda estou perplexa com o fato de ele ter ido tão longe. Se eu pudesse lhe dizer algo sobre seu novo cargo, eu lhe diria que ele o mereceu.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Richa determina exclusão de aposentados do custeio da previdência

O governador Beto Richa determinou ontem a exclusão do desconto da contribuição previdenciária de servidores estaduais aposentados e pensionistas da mensagem que será enviada pelo Executivo para a Assembleia Legislativa propondo alterações no plano de custeio da ParanaPrevidência.

“Estamos enfrentando com responsabilidade um problema antigo da previdência estadual. A nossa proposta vai dar garantias a todos os servidores de que haverá recursos suficientes para a concessão dos benefícios no futuro. Neste esforço, não queremos penalizar os atuais aposentados e pensionistas”, disse Richa.

Segundo Richa, o Estado aguarda o julgamento do mérito da ação movida no Supremo Tribunal Federal (STF), na qual é questionada a legalidade do desconto previdenciário de aposentados e pensionistas, para adotar uma posição final a respeito das contribuições da categoria. “Até lá, manteremos a isenção. Caso o STF julgue que o desconto é regular, vamos cumprir a decisão imediatamente”, destacou ele.

Richa também determinou aos técnicos do Estado que encontrem uma solução que assegure a capitalização do fundo previdenciário por meio do uso de ativos públicos que compensem a falta da contribuição dos aposentados e pensionistas. “Esta medida deve garantir os recursos necessários para que haja equilíbrio atuarial da ParanaPrevidência”, ressaltou o governador.

Atualmente, o Estado tem assegurada a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária por meio de uma liminar concedida pelo Supremo. Com isso, o Paraná não pode sofrer qualquer prejuízo em relação às transferências voluntárias da União ou à tomada de empréstimos junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, mesmo que não faça o desconto de servidores aposentados e pensionistas, conforme o artigo 40 da Constituição Federal.

27 NOV 2012

O texto da nova mensagem do Executivo sobre a ParanaPrevidência será encaminhado ao legislativo na próxima quarta-feira. O objetivo é reestruturar a forma de captação das contribuições dos servidores e do governo, para restabelecer o equilíbrio financeiro e atuarial e garantir a perenidade do pagamento de aposentadorias e pensões.

FOLHA DE S. PAULO

A corrupção explode

JANIO DE FREITAS

As agências reguladoras,
uma a uma, deviam ser
todas revistas em cada
gaveta e em cada servidor

27 NOV 2012

NAS 72 horas entre a manhã de sexta e a de ontem, houve uma espécie de explosão de esquemas de corrupção, óbvia em parte dos casos e provável nos demais. Dois desses casos distinguem-se pela gravidade peculiar. Não que os outros sejam menos graves —para usos políticos, até se prestam muito mais aos escândalos—, mas como formas de corrupção já estão mais para o vulgar.

Ainda menos realçado do que merece, o primeiro dos dois esquemas associa juizes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio a advogados incumbidos, por aqueles, de “administrar” o destino de graúdas massas falidas. É uma ocorrência antiga e sabida no Rio, mas de comprovação problemática não só por dificuldades documentais, como por aspectos do exercício da advocacia. Apesar de haver, em grande número dessas “administrações”, uma consequência social impiedosa: a desconsideração aos direitos trabalhistas de levadas sucessivas de desempregados repentinos.

Substituto da ministra Eliana Calmon, o ministro corregedor Francisco Falcão prevê entregar hoje ao Conselho Nacional de Justiça um dossiê —espera-se que apenas preliminar— em que figuram ao menos quatro juizes. E mais de 20 grandes massas falidas por eles distribuídas à “administração” dos mesmos três advogados ou escritórios. Trata-se de amostra da prática, segundo conhecimento informal bastante difundido, dada a extensão do esquema também à instância superior do Judiciário do Estado e a represen-

tações da Justiça federal.

O segundo caso que se distingue é o envolvimento de um servidor do posto, do conceito técnico e da confiança tidos pelo segundo na hierarquia da própria Advocacia-Geral da União. José Weber Holanda Alves, com o ato corrupto de que é acusado, repõe no noticiário da corrupção uma figura esquecida. É Gilberto Miranda, integrante do grupo central no governo de Collor, à época senador pelo Amazonas e então já reconhecido como uma das grandes fortunas do país.

Judiciário e Advocacia da União como territórios de esquemas corruptos elevam, não só avolumam, o conhecimento público da corrupção vigente. A Justiça, no seu momento de maior louvação pelo público, e a proteção judicial do governo e dos bens do país expõem fraqueza moral idêntica às mais repudiadas.

O lote de dirigentes e assessores das agências de Aviação Civil, de Águas, de Transportes Aquaviários (Anac, ANA e Antaq) não pode causar surpresa. As agências reguladoras nasceram com defeito e desde então viveram com defeito (se há exceção, ignoro). Uma a uma, deviam ser todas revistas em cada gaveta e em cada servidor presente ou passado. A Anatel, claro, como a mais promissora em revelações gritantes, no seu trato com as telefônicas e com as regras oficiais de meios de comunicação.

Outros figurantes da colheita da Polícia Federal, servidores do Tribunal de Contas da União, do MEC e do Patrimônio da União tampouco trazem alguma novidade. Deixaram-na para a centralizadora do esquema, Rosemary Noronha, a tal Rose. Cujas excelências como secretária não deixaria de mostrar o que deve ser feito com os gabinetes estaduais da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e tantos outros em São Paulo e por aí afora.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

Bocas de fumo

RIO DE JANEIRO - Durante os anos da ditadura, e depois de seis prisões em dependências militares, continuei trabalhando na imprensa, mas sem poder escrever sobre os temas que haviam me levado para as diversas celas que frequentei naqueles anos.

A alternativa, para não morrer de fome, foi adaptar clássicos da literatura universal para o público infantojuvenil (mais de 40) e cobrir o setor de polícia para uma revista de amenidades.

Meus personagens eram mais ou menos divertidos: Escadinha, Cara de Cavalo, Lúcio Flávio, o Esquartejador de São Paulo (Chico Picadinho), Mariel Mariscot, o caso Lou (que chegou a virar livro e história em quadrinhos), Doca Street e a Pantera de Minas, Aída Cúri, Cláudia Lessin Rodrigues e Michel Frank, Dana de Teffé — a lista é grande e deu para o leite das crianças.

Uns pelos outros, a mídia daqueles tempos se cêvava nesses casos que ocupavam a maior parte do noticiário. Se um jornal publicasse a foto de um ministro do Supremo na primeira página, ou seria empastelado ou ficava sem leitores. Evidente que a mídia continua a cobrir crimes, mas o filé-mignon passou a ser outro.

Independentemente do mensalão e do Cachoeira, o baixo clero da política e da economia nada fica a dever aos grandes crimes acima lembrados. Agora mesmo estourou mais um caso que deixa em péssima situação toda a cúpula do poder, vale dizer, do PT e de seus aliados. Até que ponto a tese do “domínio do fato” não compromete a própria presidente Dilma e seu guru preferencial, o ex-presidente Lula?

O eixo do noticiário deixou de ser as drogas, os traficantes, as milícias assassinas de São Paulo. O Palácio do Planalto, com seus anexos nos Estados, está aos poucos substituindo as bocas de fumo onde se instalava o crime organizado.

27 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

MARCELO COELHO

Penas e galinhas

Até a galinha roubada sabe que, no mensalão, os réus negavam o crime; No máximo, “confessaram” caixa dois

27 NOV 2012

O LADRÃO de galinhas é pego, de madrugada, com algumas aves de baixo do braço. Não nega o ato cometido. “Peguei as galinhas, mas fui apenas passear com elas.”

O juiz não acredita na história; condena o ladrão. Surge o advogado: pede que a pena seja mais branda. “Há um atenuante! O réu, afinal, confessou o crime...”

Difícil algum juiz que engolisse a tese do advogado. O ministro Marco Aurélio Mello aceitou, entretanto, raciocínio semelhante na sessão de ontem do STF.

Dois réus do mensalão, Bispo Rodrigues e Valdemar Costa Neto, vieram pedir uma pena menor por terem “confessado” o recebimento de propinas.

Nem Ricardo Lewandowski entrou, digamos, nessa “roubada”.

É certo que a lei permite a diminuição da pena nesses casos, explicou Lewandowski. Mas isso quando a confissão é feita de modo a ajudar as autoridades no processo investigativo.

Ainda mais: como lembraram Joaquim Barbosa e Cármen Lúcia, os réus não confessaram “crime” nenhum. Confessaram, sim, o recebimento de dinheiro. Mas nunca admitiram que aquilo era corrupção.

Foi o momento em que Marco Aurélio Mello apresentou sua firula. O texto da lei fala, efetivamente, em confessar “o crime”. Mas um réu, como leigo, não têm obrigação de dizer qual “o crime” que cometeu. Vai lá saber se foi caixa dois, peculato, concussão...

A lei deveria ser entendida de outro modo. O réu tem apenas de confessar a ação que cometeu. Às autoridades compete dizer em que tipo de crime aquilo se enquadra.

Mas até a galinha roubada do ga-

linheiro sabe perfeitamente que, no caso do mensalão, os réus, ao contrário de confessar, negavam terminantemente o crime. No máximo, “confessaram” o uso de caixa dois, um crime menor. Será que existe crime de “sequestro de galinhas” para livrar alguém da acusação de furto?

De resto, a defesa de Valdemar Costa Neto batia na tecla de que todo o dinheiro recebido era apenas consequência de um “acordo político” entre o seu partido, o PL, e o PT. Que confissão seria esta?

Passado o susto das penas altíssimas contra Marcos Valério, José Dirceu e os banqueiros, a sessão de ontem foi menos astronômica em termos de condenações.

O crime de corrupção passiva, por si mesmo, não rende muitos anos de cadeia. Ainda mais quando se considera a versão mais antiga da lei, que até novembro de 2003 previa só um ano de prisão como pena mínima.

Vale a lei antiga no caso dos mensaleiros? Para a maioria dos ministros, sim. É verdade que muitos recebimentos de propina se estenderam por 2004 adentro, mas o crime se comete, afinal, quando o deputado “aceita” o oferecimento de dinheiro, não quando o recebe.

Com isso, algumas penas ficaram baixas. José Borba, do PMDB, saiu-se com apenas dois anos e meio.

Celso de Mello abriu, então, seu saquinho de maldades. A pena de prisão pode ser convertida em penas alternativas. Em geral, disse ele, determina-se apenas a “prestação de serviços à comunidade”.

Ideia banalizada, disse Celso de Mello. “Uma vergonha”, apoiou Joaquim Barbosa.

Celso de Mello lembrou outra possibilidade, capaz de trazer o desejável “componente aflitivo” ao condenado: a interdição do fim de semana. Durante cinco horas diárias todo sábado e domingo, o condenado teria de se apresentar à instituição correcional, para ouvir palestras, sentadinho ali.

Mas isso é uma verdadeira pena alternativa ou é restrição de liberdade também? A pergunta foi feita por Marco Aurélio de Mello.

Faltou perguntar se as palestras seriam proferidas pelo próprio Celso de Mello. Em matéria de castigo não seria pouco.

27 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Alckmin quer pena maior para jovem infrator

Governador de SP diz que irá propor alteração na lei para que internação seja maior para quem comete crimes graves

Tucano defende ainda que infratores sejam transferidos para presídios especiais após completarem 18 anos

O governador de SP, Geraldo Alckmin (PSDB), defendeu ontem que adolescentes que cometerem crimes graves fiquem mais tempo internados.

“Vamos fazer um trabalho para modificar a lei atual porque ela tem equívocos. O primeiro é que o menor fica no máximo três anos apreendido e sai com a ficha limpa, não importa quantos nem quais crimes ele cometa. A pena para crimes mais graves deve ser maior, para estabelecer um limite ao criminoso”, disse o governador.

Ele falou durante evento na capital, ao ser questionado sobre uma fuga de internos da Fundação Casa em Ferraz de Vasconcelos (Grande SP), anteontem. Foi a terceira fuga neste mês no Estado.

Alckmin também defendeu que os infratores sejam transferidos para presídios especiais após os 18 anos, afirmando que a fundação foi feita para abrigar apenas crianças e adolescentes. Hoje, a lei prevê internações de até três anos, ou até o infrator fazer 21 anos.

Para Ariel de Castro Alves, vice-presidente da Comissão da Criança e do Adolescente

da OAB, não é necessária mudança na legislação para que internos maiores cumpram suas medidas separadamente. “A lei diz que os internos devem ser separados por idade, gravidade do ato e compleição física. Isso é obrigação do Estado. Mas eles não podem ser levados para penitenciárias comuns”, diz.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) prevê que os jovens devem cumprir a medida em unidades que oferecem tratamento diferenciado, com escola e atendimento psicológico. Mas a falta de vagas já levou a Justiça a autorizar a transferência em caráter provisório.

Ontem, Alckmin disse que ao menos três fugitivos de Ferraz eram maiores de idade e que eles iriam assinar um BO e ser transferidos para penitenciárias.

Em 2003, Alckmin chegou a anunciar que enviaria um projeto de lei ao Congresso para aumentar a internação máxima e liberar essa transferência. A proposta foi apresentada pelo então deputado federal Luiz Antonio Fleury (PTB), mas sofreu críticas de várias entidades e acabou arquivada em 2009.

27 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO
**Penal menor
para Jefferson
pode ir a voto,
diz Barbosa**

Entrevista de ex-deputado à Folha
deu origem ao escândalo do mensalão

Relator pretende discutir se revelação do escândalo pode ser um fator para diminuir a punição de petebista

Relator do processo do mensalão e presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, indicou que poderá votar para beneficiar o ex-deputado Roberto Jefferson com uma pena menor do que a de outros réus por ele ter revelado o esquema.

Revelações feitas por Jefferson (PTB) em entrevista à **Folha**, em 2005, deram origem ao principal escândalo do governo Lula (2003-2010).

Barbosa disse que Jefferson confessou a participação no mensalão e que pretende discutir se isso representou um fator para diminuir a fixação da pena.

“Com exceção do Roberto Jefferson, nenhum réu confessou. Todos admitiram o recebimento de somas milionárias, mas deram ao recebimento outra classificação [caixa dois]”, disse.

O benefício a Jefferson pode gerar polêmica entre os ministros. O ex-deputado pode ou não ser considerado um delator do esquema do mensalão, o que poderia lhe dar uma pena menor.

O selo de delator é rechaçado pela defesa de Jefferson, que descarta a hipótese de o ex-deputado ter recebido dinheiro em troca de apoio ao governo no Congresso.

Segundo ele, o dinheiro repassado pelo PT —cerca de R\$ 4 milhões de R\$ 20 milhões prometidos— vinha de um acordo de campanha.

Jefferson foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Integrantes do tribunal ouvidos pela **Folha** dizem que a possibilidade é “alta” de ele ter algum benefício, como escapar de uma pena maior que oito anos, o que o permitiria começar a cumprir a pena em regime semiaberto.

27 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Candidatos voltam a exibir divergências na disputa pela OAB

Acusação de uso político da seção paulista e temas polêmicos, como aborto e drogas, se destacam em debate

Eleição para presidente da seção paulista da entidade será na quinta; resultado oficial deve sair na 2ª

Suposto uso político-partidário da entidade e divergências sobre temas polêmicos, como a legalização do aborto e a descriminalização das drogas, se destacaram ontem em debate entre os candidatos à presidência da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo).

No encontro promovido pelo jornal "O Estado de S. Paulo", o opositor Alberto Toron criticou Luiz Flávio D'Urso, presidente da OAB-SP há nove anos, que apoia a chapa de Marcos da Costa. A Ordem, disse, não pode ser um "estaleiro de político fracassado".

D'Urso é filiado ao PTB e foi candidato a vice na chapa de Celso Russomanno (PRB), derrotado na eleição para a Prefeitura de São Paulo.

Da Costa disse que Toron, aliado de D'Urso no primeiro mandato na OAB-SP, guarda mágoa por ter pedido espaço nas outras gestões. Toron negou desentendimento pessoal e afirmou ter ocorrido um "distanciamento político".

As divergências também ficaram claras quando os candidatos à presidência foram questionados sobre a legalização do aborto e a descriminalização das drogas.

O outro candidato opositor, Ricardo Sayeg, e Da Costa disseram ser contra as duas ideias, apoiando o conceito de que a lei tem de ser restritiva nos dois casos.

Toron não manifestou opinião pessoal sobre esses temas no debate. Para ele, "o papel da OAB-SP não é ser contra ou a favor. A OAB-SP deve, sim, discutir os assuntos", afirmou, ressaltando que "a droga é um flagelo".

A eleição na OAB-SP será realizada na quinta-feira. Segundo o assessoria de comunicação da entidade, o resultado oficial deve sair na segunda-feira.

FOLHA DE LONDRINA

Ex-prefeito de Jundiáí deixa prisão

O ex-prefeito de Jundiáí do Sul (Norte Pioneiro) Valter Abras deixou ontem a tarde a unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2) onde estava cumprindo pena por fraude em documentos públicos desde 29 de janeiro. Os crimes teriam ocorrido entre 1997 e 2000, quando exerceu o primeiro mandato à frente da prefeitura.

Abras foi condenado a 16 anos de prisão em quatro processos diferentes pelo juiz da Comarca de Ribeirão do Pinhal e as sentenças, com datas de 2009 e 2010, foram mantidas pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Não houve recurso e ele passou a cumprir pena.

Sua defesa impetrou habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e conseguiu anular as sentenças. O entendimento é que, como ele havia sido diplomado após ser eleito em 2008, teria foro privilegiado para responder aos processos criminais no TJ.

"Agora quero meu mandato de volta. Meu advogado disse que irá amanhã (hoje) fazer um pedido para que eu seja reconduzido", disse Abras logo após deixar a PEL. "Foi uma grande injustiça o que o juiz fez", queixou-se, negando os crimes pelos quais foi condenado.

27 NOV 2012

27 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Cassação de prefeito e vice

O Ministério Público (MP) do Paraná protocolou uma ação de investigação judicial eleitoral contra o prefeito reeleito de Jundiá do Sul (Norte Pioneiro), Jair Sanches do Nascimento (PR), e sua vice-prefeita, Izabela Rodrigues (PSC), por suposto abuso de poder durante a campanha eleitoral. De acordo com o MP, os dois teriam realizado serviços com máquinas da prefeitura para particulares, teriam prometido empregos públicos a eleitores em troca de votos e teriam concedido gratificação a funcionários públicos municipais, o que é vedado no período. O MP requer a cassação do registro da candidatura e do diploma do prefeito e da vice, a aplicação de multa e a suspensão dos direitos políticos dos dois, além da nulidade de todos os votos recebidos. Caso a ação seja julgada procedente, deverá ser feita outra eleição no município.

27 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

STF fixa pena

de José Borba

Ministros devem converter sanção imposta a ex-líder do PMDB em pena alternativa

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) aplicou uma pena de 2 anos e 6 meses de prisão ao ex-líder do PMDB na Câmara dos Deputados José Borba pelo crime de corrupção passiva. Ele foi condenado por receber recursos do esquema para votar a favor dos interesses do governo no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Por lei, como a punição fixada a Borba, atual prefeito em Jandaia do Sul (Norte do Paraná), foi inferior a quatro anos de prisão, o regime de cumprimento da pena é o aberto.

Os ministros do STF devem converter essa sanção imposta ao ex-líder peemedebista, atualmente no PR, em pena alternativa, como ter limitado os seus finais de semana.

No início da votação, o relator Joaquim Barbosa propôs a fixação de uma pena de 3 anos e 6 meses de prisão e 120 dias multa ao ex-líder peemedebista (cada dia multa em 10 salários mínimos). Joaquim Barbosa disse que a culpa dele é "exacerbada" porque, como líder do partido, conduziu a bancada em votações na defesa dos interesses do esquema.

O ministro Ricardo Lewandowski, revisor da ação, abriu divergência e propôs a aplicação da pena de 2 anos e 6 meses de prisão e o pagamento

de 25 dias multa a Borba (cada dia multa em 10 salários mínimos). Lewandowski fixou uma pena menor ao colega porque entendeu que no primeiro pagamento de propina ao ex-líder peemedebista vigorava a lei anterior que tratava do crime de corrupção passiva.

A maioria dos ministros acompanhou o voto do revisor em relação à pena de prisão e a do relator quanto à multa. No final da votação, os ministros discutiram sobre a conversão da pena em regime aberto à restritiva de direitos. Joaquim Barbosa classificou como "vergonha" a imposição de prestação de serviços à comunidade, uma das penas possíveis de serem trocadas.

O ministro Celso de Mello sugeriu que uma destas penas fosse a de interdição temporária de direitos. Neste caso, um dos impedimentos seria o de assumir mandato eletivo. O relator, porém, preferiu retomar o tema na próxima sessão. Ao final da fase de dosimetria das penas, os ministros deverão decidir ainda se os políticos que já tem mandato devem ou não continuar a exercê-lo.

27 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Armas

O Fórum de Colombo confirmou que apenas um vigilante era responsável pela segurança do local, na madrugada de domingo, quando pelo menos quatro assaltantes roubaram 296 armas de fogo. O Fórum não possui circuito interno de monitoramento e a polícia tenta localizar câmeras instaladas nas imediações para apurar como aconteceu a ação dos marginais.

27 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça determina indenização

A revista *IstoÉ Gente* foi condenada a indenizar Carolina Ferraz em R\$ 360 mil. A decisão da Terceira Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou que o grupo de comunicação Três, editora da revista, deve pagar R\$ 240 mil de indenização por danos morais mais R\$ 120 mil para reparação de dano patrimonial à atriz. Carolina Ferraz processou a editora acusando-a de fazer campanha publicitária de lançamento da revista anunciando o fim de seu casamento, usando sua imagem sem autorização na capa da publicação e em outdoors espalhados pelo país.

A ministra Nancy Andrichi, relatora do processo, explicou que, mesmo a atriz sendo uma pessoa pública, o uso não autorizado de imagem com fins comerciais impõe o dever de compensar danos morais. Todos os ministros da Terceira Turma seguiram o voto da relatora.

Gari

Já o Gari Francisco Gabriel de Lima ainda terá que esperar o recurso da Band ser julgado para receber a indenização de R\$ 21 mil por danos morais. A 8ª Câmara de Direito Privado de São Paulo condenou o jornalista Boris Casoy e a emissora na semana passada. "A Band vai estudar a possibilidade de recorrer da decisão do Tribunal de Justiça da São Paulo", afirmou ontem a assessoria de imprensa da TV.

Na noite de réveillon de 31 de dezembro de 2009, após Francisco Lima aparecer em uma vinheta desejando feliz natal, uma falha técnica levou ao ar o áudio de Boris dizendo: "Que merda: dois lixeiros desejando felicidades do alto da suas vassouras. O mais baixo na escala do trabalho".

Para o TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo), "ainda que sinceras", as desculpas de Boris Casoy no dia seguinte não foram suficientes para reparar o dano causado ao gari. A decisão destacou que Francisco Lima avisou aos familiares que iria 'aparecer na televisão' e que a "lamentável ocorrência efetivamente ofendeu a dignidade do autor (gari)".

27 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

O dono do escândalo

Recém-desembarcado de um voo decerto turbulento para ele, depois de uma viagem à África e à Índia, o ex-presidente Lula teria dito a pessoas de sua

confiança que se sentia “apunhalado pelas costas” por outra pessoa de sua confiança, a então chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Nóvoa de Noronha, a Rose. Secretária do companheiro José Dirceu durante 12 anos, da década de 1990 até a ascensão do PT ao Planalto, Lula a empregou na representação do governo federal na capital paulista. Dois anos depois, em 2005, entregou-lhe a chefia da repartição. Na sexta-feira passada, ela e José Weber Holanda, o sub do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, foram indiciados pela Polícia Federal (PF), no curso da Operação Porto Seguro, pela participação em um esquema de venda de facilidades instalado em sete órgãos federais.

O indiciamento alcançou 11 outros ocupantes de cargos públicos, além do notório ex-senador Gilberto Miranda. Cinco pessoas foram presas, entre as quais três irmãos, o empresário Marcelo Rodrigues Vieira, um diretor da agência reguladora da aviação civil (Anac), Rubens Carlos Vieira, e outro da agência de águas (ANA), Paulo Rodrigues Vieira – ambos patrocinados pela amiga de Lula. A PF devassou o apartamento de Rose e o gabinete de Holanda. No dia seguinte, a presidente Dilma Rousseff afastou de suas funções os diretores das agências (tendo mandato aprovado pelo Senado, eles não podem ser demitidos sumariamente) e mandou abrir processo disciplinar contra eles. O caso da nomeação de Paulo Rodrigues, tido como chefe da gangue e também chegado a Lula e a Dirceu, é um capítulo de livro de texto sobre a esbórnica no Estado sob o governo petista e a serventia de seus aliados nos altos círculos do poder nacional.

Submetida ao Senado, como requerido, a indicação começou mal e seguiu pior. A primeira votação terminou empatada. Na segunda, o nome foi rejeitado por um voto de diferença. Se os mandachuvas da República se pautassem pela decência, a história terminaria por aí. Não terminou porque, contrariando até mesmo um parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, o seu presidente José Sarney ordenou uma terceira votação da qual o afilhado de Rose saiu vencedor por confortável maioria. A essa altura, 2010, estava para mudar a sorte da madrinha – cuja influência derivava diretamente de sua intimidade com Lula, a quem, aliás, acompanhava nas viagens ao exterior, não se sabe bem para fazer o que. Eleita Dilma, que só a manteria no posto em São Paulo para não criar caso com o padrinho, Rose tentou em vão conseguir uma boquinha em Brasília. O imponderável fez o resto.

Em um dia de março do ano passado, um servidor do Tribunal de Contas da União (TCU) procurou a Polícia Federal para se confessar. Constatou que aceitara uma propina de R\$ 300 mil, dos quais já havia recebido um adiantamento de R\$ 100 mil, para produzir um parecer técnico sob medida para uma empresa que atua no Porto de Santos. Além disso, Paulo Rodrigues Vieira falsificou um documento acadêmico para beneficiar o funcionário. Mas este se arrependeu, devolveu o dinheiro e revelou aos federais o que sabia. A PF abriu inquérito, obteve autorização judicial para grampear telefonemas e interceptar e-mails. Do material, emergiu uma Rose que lembra a personagem do samba de Chico Buarque que pedia apenas “uma coisa à toa” – no caso, um cruzeiro de Santos a Ilha Grande animado por uma dupla sertaneja, um serviço de marcenaria, uma pequena operação... Claro que ela também empregou uma filha na Anac e o marido na Infracero. Tinha fama de mandona e jeito de alpinista social.

Mas o dono do escândalo é quem deu a Rose o aparentemente inexplicável poder de que desfrutava, a ponto de o Senado de Sarney inovar em matéria de homologação de um futuro diretor de agência reguladora. Ao se declarar “apunhalado pelas costas”, Lula faz como fez quando o mensalão veio à tona, e ele, fingindo ignorar a lambança, se disse “traído”. Resta saber se, desta vez, tornará a repetir mais adiante que tudo não passou de uma “farsa” – quem sabe, uma conspiração da Polícia Federal com a mídia conservadora, a que a sua sucessora no Planalto afinal sucumbiu.

27 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ciência sem Fronteiras é alvo de ação judicial

Universitários contestam corte de mais de 20 cursos de Humanas no programa de bolsas

● Adequação

**JORGE ALMEIDA
GUIMARÃES**

PRÉSIDENTE DA CAPES

“Na primeira chamada foi feita uma concessão, agora o Ciência sem Fronteiras não contempla mais esses cursos de Humanas.”

Depois do corte de mais de 20 cursos da área de Humanas na chamada mais recente do edital do programa Ciência Sem Fronteiras (CsF), três estudantes, representando mais de 2 mil universitários de todo o País, resolveram entrar com ações judiciais contra o veto. Já foram acionadas as Procuradorias da República no Ceará, Alagoas e no Distrito Federal.

Publicidade, Artes Plásticas, Cinema e Jornalismo e também carreiras das áreas de saúde, como Enfermagem e Fisioterapia, foram excluídos da lista de cursos contemplados pelo programa na área da Indústria Criativa. Foi nela que mais de mil alunos de Humanas conseguiram encontrar uma forma de participar do CsF, cujo foco principal é a área tecnológica.

Segundo o procurador da República no Ceará, Oscar Costa Filho, a retificação nessa segunda chamada do edital – com inscrições abertas a partir de hoje – deveria ser feita com base em um novo edital. O procurador ingressou ontem com uma ação na Justiça Federal. “O Ministério da Educação vai ser autuado hoje e terá até sexta-feira para prestar esclarecimentos”, diz.

No entanto, segundo Jorge Guimarães, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (Capes) – um dos órgãos responsáveis pelo CsF –, a medida é “irreversível”. “Cada chamada é um edital novo. Não teríamos a quem informar previamente.”

Mas os estudantes afetados alegam que o edital é apenas um, com cronograma de inscrições em dois momentos, nos meses de agosto e novembro.

“Esperamos uma nova posição do governo”, afirma a estudante de Fisioterapia da USP Takaê Kitabake, que já gastou R\$ 1,8 mil com curso de inglês e certificação no idioma.

A estudante de Publicidade da Universidade Federal de Pernambuco Jéssica de Brito se mostra decepcionada. “Senti que o meu curso foi absolutamente desrespeitado”, diz. Os estudantes já lançaram um abaixo-assinado com quase 3 mil assinaturas, que será entregue à Capes.

Turry

Justiça espada

Joaquim Barbosa quer o Judiciário “sem firulas, floreios e rapapés”. Ou seja, “sem tró-ló-lós nem nhe-nhe-nhens”, como diziam antigamente!

JORNAL DO ESTADO

PORTAL BEM PARANÁ

23 NOV 2012

23/11/12

Laudo sobre Fórum Cível aponta falta de manutenção e descarta risco de desabamento

O estudo foi solicitado devido a reclamações de tremores sentidos por pessoas que trabalham no local

A avaliação técnica contratada pela Associação dos Serventuários de Justiça do Paraná (Assejepar) concluiu que o prédio do Fórum Cível de Curitiba precisa de manutenção e reformas, porém o laudo informa que não existe risco de desabamento. O estudo foi solicitado pela associação no dia 1º de novembro, devido a reclamações de tremores sentidos por pessoas que trabalham no local. "Contratamos o estudo independente para verificar se é seguro que o prédio continue a ser frequentado pelos servidores", explica Rodrigo Wagner de Souza, presidente da Assejepar.

Segundo o laudo, os tremores são ocasionados por veículos pesados, como ônibus, que passam com frequência em frente ao prédio. O solo da região é argiloso, localizado sobre um lençol freático, característica que, somada à má conservação do asfalto, faz com que as vibrações possam ser sentidas em todo o entorno. Ainda de acordo com o estudo, devido a características da estrutura, os tremores podem ser sentidos mais fortemente em alguns dos andares do Fórum.

Além da indicação de que o prédio precisa passar por reformas, o laudo recomenda também uma possível intervenção do trânsito no local, ou a instalação de redutores de velocidade pela Prefeitura de Curitiba, pois a degradação ocasionada por veículos pesados circulando em frente ao Fórum pode provocar mais danos à estrutura.